

## INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

**Responsável:** Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming  
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

CARANDINI, A. *La nascita di Roma. Dèi, Lari, eroi e uomini all'alba di una civiltà*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1998. Parte quarta: L'età urbana. Epílogo: La fondazione di Roma, p.491-520.

*O nascimento de Roma*. Deuses, Lares, heróis e homens na aurora de uma civilização. Quarta Parte: O período urbano. Epílogo: A fundação de Roma (tradução pp.491-499).

359. *Para Rômulo, outro livro*. No lugar de um longo texto sobre o período urbano, isto é, sobre a formação da cidade, concluímos nossa pesquisa, volumosa até demais, com um epílogo breve. A saga de Rômulo (mito, fundação, constituição) e o calendário mais antigo dos romanos foram o motivo de fundo da inteira pesquisa, mas não há espaço aqui para enfrentá-la com o grau de sistemática que desejaríamos. Tal tema merece uma pesquisa à parte, à qual esperamos poder nos dedicar, sempre junto com os jovens, no futuro próximo... É suficiente recordarmos que o mito de Rômulo nos parece ser, em seu núcleo principal – mais que uma projeção do período arcaico ou republicano médio no séc. VIII – uma retomada de mitemas que circularam durante a primeira Idade do Ferro e talvez já da Idade do Bronze, quase um renascimento da idade heróica, e que o núcleo da constituição cívica e militar nos parece autêntico e em harmonia com o calendário mais antigo, que, juntamente ao núcleo da saga, é atribuível ao primeiro período régio. Dediquemos, portanto, o epílogo a dois temas, até agora não tratados adequadamente e conexos entre si: à fundação de Roma (fossa, muros, pomério e inauguração), reconsiderada à luz das últimas descobertas arqueológicas, e às pré-condições necessárias para poder definir Roma uma cidade “antiga” antes da metade do séc. VII, após ter reconsiderado a documentação das antigas escavações.

360. *Legitimidade de um confronto*. Por volta do final do período lacial IIIB (cerca de 725, mas não além) a ocupação de cabanas da encosta setentrional do Palatium, que surgiu em torno do último terço do séc. IX (cronologia tradicional), foi arrasada e coberta por uma camada uniforme para dar lugar ao primeiro grande monumento público de Roma: os muros do Palatino. Esses muros encontram uma correspondência nos muros que Rômulo teria fundado por volta do terceiro quarto do séc. VIII e que teriam durado até Sêrvio Túlio, o construtor dos novos muros, cerca do terceiro quarto do séc. VI, segundo a tradição substancialmente unânime que os romanos nos transmitiram. O confronto entre o monumento encontrado por nós e o descrito pelas fontes é completamente espontâneo para um homem de cultura

ocidental, diria inevitável. Somente um masoquista, um perverso ou um hipócrita poderia impor-se de não vê-lo. Não interessa tanto “confirmar” a tradição, mesmo que, de qualquer forma, estejamos em condição de fazê-lo, quanto constatar a semelhança verdadeiramente impressionante que existe entre a estrutura da narrativa arqueológica considerada em si e a da tradição considerada em si, para além da estratificação secular que caracteriza ambas. Se é legítimo comparar os povos do Mediterrâneo com os do resto do mundo, se é legítimo confrontar entre si fenícios, gregos, etruscos e latinos, parece tanto mais lícito confrontar os restos arqueológicos de Roma com os escritos dos romanos, o muro do séc. VIII do Palatino, edificado por ordem de um chefe de Roma, com o muro de Rômulo que conhecemos desde meninos. Comparar e constatar a analogia não equivale a colar a realidade arqueológica automaticamente àquela literária, que é uma operação para evitar. Mas, enquanto os confrontos entre continentes diversos e entre países mediterrâneos diversos são sempre comparações entre realidades estruturalmente semelhantes mas historicamente diversas, no caso de Roma, o confronto entre os muros enterrados no subsolo e aqueles evocados pela tradição poderia também se resolver em uma identificação histórica, porque a realidade de Roma no séc. VIII, mais ainda a realidade das raízes do Palatium, foi una e não múltipla, como são em vez os tipos de fontes e as disciplinas acadêmicas. Quem recusa, em princípio, uma comparação tão premente, sem nem ao menos ter o trabalho de avaliar o dado arqueológico, recusa, de fato, qualquer outra comparação entre fontes literárias e monumentos e toma para si a responsabilidade de condenar a arqueologia à mais completa e definitiva inutilidade historiográfica.

361. *Uma solução de continuidade.* Uma remodelação assim drástica e contra a tendência em relação à área de habitação do *Septimontium*, até este momento em expansão, uma tão importante destruição de edifícios (as cabanas), um trabalho público tão simbolicamente significativo e original (estamos diante de muros e não de uma trincheira) nos levam a levantar uma hipótese de uma nova autoridade no Palatino, mais forte e de caráter mais centralizado que a precedente (provavelmente um *rex-augur*), capaz de ordenar e fazer exercer um trabalho tão visível para a comunidade local. Até agora, faltava um sinal tangível vistoso e emblemático de descontinuidade na documentação arqueológica relativa ao sítio de Roma. Por isso, a crítica histórica mais reputada encontrava nesse fato um conforto ao considerar exclusivamente mítica a figura do fundador e o ato da fundação, assim como ao interpretar o primeiro período régio no mesmo nível que o período proto-urbano precedente (o *Septimontium* tinha uma duração até os Tarquínios ou, mais inteligentemente, o período de Rômulo era recuado até o *Septimontium*). O período entre o terceiro quarto do séc. VIII e o terceiro quarto do séc. VII (725-625 a.C.), coincidente com o primeiro período régio, perdia, assim, qualquer especificidade, confundido num processo de longuíssima duração, seja ao ser interpretado de modo substancialmente pré-urbano, nos termos de um sistema de vicos e pagos alargado apenas quantitativamente, seja ao ser interpretado de modo mais propriamente urbano, nos termos de um sistema unitário, se bem que ainda de caráter não centralizado de “*pagi e vici* não rurais”, ou melhor dizendo, de cúrias. A “formação” triunfava sobre a “fundação”, mas no fim deste percurso crítico não se compreendia

qual contribuição específica à formação da cidade fosse atribuível ao século mencionado acima, que para nós, entretanto, parece decisiva. Mas, agora, a Arqueologia deixou de fornecer apoio às teses continuístas, dada a presença dos muros palatinos em uma zona há muito tempo desprovida de necrópoles e agora também de habitações. É o caso de tentar afinar a nossa reconstrução dos primórdios de Roma, que aparece neste ponto mais do que errada, esquemática, toda apostada num contraste improvável entre uma realidade vico-pagânica caótica e modesta (antes do final do séc. VII) e uma realidade urbana ordenada e monumental (depois do final do séc. VII).

362. *O período de Rômulo, um período autônomo.* A descontinuidade representada pelos primeiros muros, além dos dados que emergem da releitura das escavações antigas, permite considerar o período de Rômulo não mais como uma simples cauda, mais ou menos progressiva, do período proto-urbano, mas como um período autônomo, coincidente com o primeiro período régio, no qual aconteceu a fundação e a formação dos elementos necessários para compor a cidade e o estado, que estarão completados somente no tempo do segundo período monárquico, que culminou com a refundação de Sêrvio Túlio, primeiro alargador dos muros e do pomério e criador das tribos urbanas e dos *compita*.<sup>1</sup> Admitir uma fundação/formação de Roma precedente aos Tarquínios não significa, é óbvio, aceitar completamente a vulgata, pela qual, por exemplo, Rômulo funda a cidade a partir do nada (salvo os precedentes da idade heroica). E, no entanto, não faltam estudiosos que escrevem ainda sobre uma “cidade palatina” ou “palatino-veliense”. Imaginamos fundação e formação como intervenções no coração de Roma, no âmbito da grande ocupação arqueologicamente atestada do período Lacial IIB2. O fato de que o Palatino fosse habitado desde a Idade do Bronze não constitui nenhum impedimento à reconstrução de uma sua fundação-formação no período de Rômulo. Uma ocupação palatina isolada do Capitólio, antes, e do Velia, depois, nunca existiu, nem existiu grande parte das sucessivas conquistas régias, inventadas, de forma que a saga fez a cidade desenvolver-se a partir do solo palatino. O Palatino de Rômulo, inaugurado, parece uma colônia romana arquetípica, fundada por um rei de origem albana, por vontade de Júpiter, no centro de uma grande ocupação, a do *Septimontium*: nisso consiste o “golpe de estado” de Rômulo, que instaurou a autoridade central do estado e promoveu o nascimento da cidade. Admitir uma fundação/formação antecedente aos Tarquínios significa compreender como se passou de um sistema unitário mas não centralizado de cúrias do período proto-urbano maduro, para a cidade dos *compita* de Sêrvio Túlio através de uma fase intermediária, relativa ao primeiro período régio, caracterizado por um sistema unitário e centralizado de cúrias gerido pela *urbs* inserida no coração da ocupação (a *urbs* coincidirá com a inteira ocupação somente com Sêrvio Túlio). Enquanto a ocupação proto-urbana era submetida à hegemonia de um agregado de dois *montes*, considerados *primi inter pares*, o Palatium e o Velia, os únicos em que se celebravam os sacrifícios de *Septimontium*, a ocupação urbana em formação aparece dominada por um agregado de outros dois *montes*, o Palatium e o Cermalus (recuperado em substituição do Velia), que com a

---

<sup>1</sup> Encruzilhadas, limites entre duas áreas – *compitum*.

*inauguratio* adquiriu um estatuto sagrado especial e elevado, correspondente topográfico do poder unificado e central do *rex*. Por isso, acaba por distinguir-se nitidamente do resto da ocupação articulado em cúrias e também do *ager, effati* e *liberati*, mas não *inaugurati*. Vem disso a necessidade, não só de erigir os muros, delimitar e proteger o Palatino, mas também eliminar as cabanas das áreas que esses deviam atravessar, de modo que restasse um espaço “público”, liberado dos sepulcros e de habitações diante das defesas (entre os muros e o fosso) e sobretudo atrás desses (entre os muros e a área habitada), em cujo limite interno é razoável reconhecer o primeiro *pomerium*. O fato de que os muros palatinos, por descrição de Tácito e por dado arqueológico, se encontrassem na raiz do monte e não na parte superior, indica a estreita conexão com o pomério. Não se trata, portanto, de fortificação de altura.

363. *O erro da fundação retardada.* Os estudiosos que datam a fundação/formação da cidade um século depois, a partir do final do séc. VII, e atribuem o primeiro pomério a Sêrvio Túlio, dois sécs. após a fundação de Rômulo, não têm nem mesmo uma fonte literária a seu favor e agora devem acertar as contas com o novo monumento palatino. Por outro lado, como atribuir esta delimitação do pomério – de inconfundível sabor proto-histórico e indígena – ao final do processo formativo, quando a cidade, já completa em si, com traços gregos e cosmopolita, já se transformara, no sentido “proto-republicano”? A maturidade de um organismo urbano não pode ser confundida com a primeira juventude, e os processos que do centro proto-urbano conduziram à cidade do último Tarquínio não podem concentrar-se em uma breve estação, por isso, parece muito mais razoável deixar a Rômulo/Numa a fundação da cidade monárquica, a Tarquínio Prisco/Sêrvio Túlio a da cidade “proto-republicana” e aos primeiros magistrados anuais a da cidade republicana.

364. *Muros de Roma ou do Septimontium?* Os muros por nós descobertos certamente não deterão os que sustentam um período de Rômulo sem características próprias, por conseguinte ainda proto-urbano ou até mesmo pré-urbano. Esses irão ignorar ou diminuir os muros interpretando-os como muros de um *oppidum* no centro de um confuso sistema de *pagi*. Mas esta escolha, além de pressupor uma concepção “desordenada” dos centros proto-urbanos já superada, comporta uma contradição ulterior que nos parece incurável. Os muros por nós descobertos não englobam, de fato, o Palatino e o Velia – os dois montes principais da ocupação proto-urbana – mas, ao contrário, os separam, não prevendo nem mesmo uma porta principal em correspondência com a sela que unia os dois montes, ligando, em vez, o Cermalus (antiga sede dos chefes de Caco a Rômulo) ao Palatium, segundo a conformação do relevo que genericamente chamamos de Palatino, segundo os percursos das corridas dos Lupercalia e da procissão do triunfo em torno do Palatino, e segundo a reconstrução de Tácito, baseada na lembrança recente das portas e de trechos dos muros do Palatino, conservados até o período de Augusto... Muros que excluem o Velia contrastam de modo evidente com o que sabemos do *Septimontium*, enquanto

concordam plenamente com o que foi transmitido pela Roma de Rômulo, que queria distinguir-se justamente do *Septimontium*.

365. *Um estatuto incomparável.* Desde o período régio, seguramente do segundo período régio, quando veio se formando a cerimônia do triunfo em torno do Palatino, se atribuía a este monte, e a ele somente, um estatuto excepcionalmente elevado – incomparável em relação à primazia que o monte já havia exercitado juntamente com o monte Velia – explicável somente com a *inauguratio*, única condição jurídico-sagrada capaz de explicar uma tão absoluta e imorredoura centralidade e domínio deste santíssimo relevo. Por outro lado, os muros foram em grande parte obliterados por volta do terceiro quarto do séc. VI a.C., quando foram alargados e o pomério estendido até compreender todas as cúrias, o Fórum e o Capitólio, graças à refundação e à reforma administrativa de Sêrvio Túlio. Os que negam esta fase de Rômulo de formação urbana vêem-se, portanto, obrigados a articular a fase proto-urbana madura em dois períodos: 1) um segundo *Septimontium* A, sem muros palatinos (desde o séc. IX ao terceiro quarto do séc. VIII) e 2) um segundo *Septimontium* B com muros palatinos (terceiro quarto do séc. VIII ao final do séc. VII), [essa fase proto-urbana madura é] de tal forma semelhante à Roma de Rômulo descrita pelas fontes a ponto de torná-la indistinguível e conseqüentemente, totalmente improvável. Seria diferente se nossos muros fossem datáveis na segunda metade do séc. IX a.C., mas uma cronologia assim recuada deve ser descartada, sem dúvida. Com os muros palatinos, o período do *Septimontium* parece, portanto, definitiva e traumáticamente concluído.

366. *Reconstituir a fase da fundação e formação de Roma.* Uma vez que se aceitasse a nossa hipótese de reconstrução, que nos parece a mais lógica e correspondente às evidências, grande parte do trabalho da crítica histórica da última geração seria conservada. Restaria o centro proto-urbano, primeiramente dividido e depois unificado entre montes e colinas. Permaneceria também a cidade completada pelos Tarquínios, a primeira verdadeiramente monumental, com os seus templos, as suas casas com átrios, os seus *compita* e as suas tribos urbanas. Também nas colônias gregas, como Megara Hiblea, a cidade-estado precede a monumentalização em cerca de três gerações: um exemplo instrutivo para ter em mente. Mas entre a proto-cidade e a cidade completa em si é preciso inserir, ou melhor, reconstituir o período de Rômulo ou do primeiro período régio, a que as fontes deram inequivocamente tanta importância, compreendendo-a como época da fundação da cidade e do estado e que a crítica histórica procurou anular, por ser ainda muito impregnada de mito e pela improbabilidade de uma Roma que teria nascido do nada. Mas o modo mítico de recordar, re-elaborando e fantasiando a lembrança, cancela os eventos isolados e deixa entrever as estruturas que suportam a sociedade, e a fundação de uma ocupação, por mais que seja pontual no tempo, é um dado estrutural que nada tem de factual, tanto é verdade, que não foi esquecida... Podemos, de fato, conservar a cronologia geral do período régio, mesmo compreendendo-a toda em termos de formação e de plena realização urbana. Para obter este resultado basta agregar ao sistema que gira em torno de 30 cúrias, 3000 infantas e do mais antigo calendário (anterior aos Tarquínios), os muros e a *inauguratio* do Palatino e as outras

características necessárias para definir uma cidade “antiga”, que a documentação revista e corrigida das antigas escavações consente hoje datar entre a primeira metade do séc. VII a.C. Trata-se, no fundo, de um problema de periodização da proto-história de Roma, significando que foi pulada uma fase, por isso criou-se uma contiguidade espacial e cronológica incongruente entre o centro proto-urbano e a cidade completa em si, como se a cidade pudesse surgir de uma vez e desde o início madura. Segundo a nossa reconstrução, as diversas formas de comunidades e de ocupações teriam se articulado no tempo na seguinte ordem: 1) conjunto de *vici* e de *pagi* em torno de dois *oppida* (estágio pré-urbano dos *populi*); 2) conjunto de bairros (*montes e colles*) e áreas (*curiae*) articulados em torno a mais *oppida* (estágio proto-urbano de montes e colinas entre o *Trimontium* e o primeiro *Septimontium*); 3) conjunto de bairros (*montes e colles*) e áreas (*curiae*) articulados em três *tribus* em torno de um *oppidum* (estágio proto-urbano do segundo *Septimontium*); 4a) conjunto de cúrias articuladas em três *tribus* em torno de um *oppidum* inaugurado (estágio da cidade-estado em formação ou do primeiro período régio), 4b) conjunto de *compita* e *vicinates* dentro de quatro *regiones* urbanas, todas inauguradas (estágio da cidade completa ou do segundo período régio).